



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Saúde
Comissão Intergestores Bipartite

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

ATA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO

Dia: 14 de agosto de 2015

Horário: 09 horas

Local: 8º andar da SES

PRESENTES À REUNIÃO

SES: Lourdes de Costa Remor, Leandro Adriano de Barros, Karin Cristine Geller Leopoldo, Geraldo Azzolini, Paulo Orsini, Cristina Pires, Lisiane Tuon (Gersa de Criciúma), Grace Ella Berenhauser, Fábio Gaudenzi Faria, Lizete Contin, Deyse de Aquino, Helma Finta Ulba, Diogo Demarchi, Fábio Antonio de Souza, Walter Manfroí, Uiana Silva, Andiana Sopelsa.

COSEMS: Edenice Reis da Silveira (SMS Fpolis), Maria Regina de Souza Soar (Blumenau), Gilvana Schneider. (Chapecó), Ângela Sclier e Edna C. (Joinville) Cristiane Wille (Jaraguá do Sul), Sonia Bodanese (COSEMS), Marcia Adriana Cansian (Botuverá), Everton Treviso (Siderópolis); Franciscara Tataíra Zavaski (Balneário Camboriú); Ana Totti (Camboriú); Silmara Tobaldini (Concórdia); Paulo Conti (Criciúma).

ITENS DE PAUTA

1. PPI Hospitalar (Karin);
2. Mutirão de Cirurgias Eletivas. PPI Hospitalar (Fábio Souza); Portaria publicada 1.034 – das cirurgias eletivas – Mutirão de Cirurgias Eletivas (Karin);
3. Remanejamentos dos recursos dos Blocos Financeiros (SAS/MS) - PT 1.073/2015 (Walter Manfroí);
4. Transferência de Gestão dos Serviços contratados com a SES (Grace);
5. Oncologia: finalização da proposta e início das discussões da parte ambulatorial (Karin);
6. Alterações de Cursos da Escola de Formação em Saúde/EFOS (Indiara e Paulo Orsini);
7. Próteses e Órteses descentralizadas para a Região da Grande Florianópolis (Leandro e Diogo);
8. Projeto 0,30 (Leandro);
9. Campanha de vacinação contra poliomielite e multivacinação para atualização do calendário vacinal. Participação dos municípios no dia "D". (Eduardo);
10. Orientações sobre a Portaria GM 1.025 de 21 de julho de 2015, que define o quantitativo máximo de agentes de combate às endemias (ACE) passível de contratação com auxílio da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União (Eduardo).

COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: Leandro Adriano de Barros (SES)

1. Revisão Estadual da PPI Hospitalar

Fábio Souza, Gerente de Controle e Avaliação apresenta a proposta da SES para atualização da PPI. Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação, informa que a proposta da SES inclui remanejamento de recursos, fato não muito bem aceito pelos municípios. Ana Totti de Camboriú salienta que, se não há recurso novo, deverá ter remanejamento e a questão de abordar a média e alta complexidade é essencial. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, concorda com Ana Totti com relação ao remanejamento de recurso, caso não haja recurso novo. Gilvana Schneider de Chapecó concorda também com o remanejamento e sugere que este estudo seja feito com urgência para que essa situação se resolva logo. Dayse de Aquino coloca que se deva considerar a média complexidade que não inclui as cirurgias eletivas. Este é um dos motivos de que muitos não atingiram o teto da produção, justamente porque as cirurgias eletivas não foram computadas. Karin Geller propõe um grupo para estudar a proposta da SES para a PPI. Aceita a proposta. Ficou agendada a reunião para o dia 19 de agosto às 13:30 horas, no 11º andar – SUH. Participarão pelo COSEMS: Ana Totti de Camboriú; Cristiane Willi de Jaraguá do Sul e Gilvana Schneider de Chapecó. Nesta reunião, Fábio Souza apresentará o estudo pronto aos membros dessa reunião.

Encaminhamentos: Realizar a reunião no dia 19 de agosto de 2015 e o resultado dessa reunião deverá ser levado para a Câmara Técnica de setembro de 2015 para deliberação na CIB.

2. Mutirão de Cirurgias Eletivas. PPI Hospitalar – Portaria publicada 1.034 – das cirurgias eletivas

Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação, informa que os municípios receberão os pagamentos referentes a março e abril. E já receberão os meses de maio e junho em seguida. Esclarece que as campanhas não estão mais divididas em componentes como era anteriormente. Karin Geller solicita que se aprove a metodologia para a campanha de cirurgias eletivas e revoguem a Portaria anterior. A Câmara Técnica sugere que se aprove a nova campanha desde que o Ministério da Saúde reveja o teto financeiro, já que o Estado não dispõe de recurso para a campanha. A proposta da SES é a média de produção para a distribuição das AIHs. Alterar a Deliberação 535/2013 e revogar a Deliberação de 2011. Ana Totti de Camboriú sugere que se mantenha a campanha até setembro de 2015, considerando as agendas.

Encaminhamentos: Ver com o Secretário de Estado se haverá a continuidade da campanha, já que o MS não incluirá mais recursos. Levar para a CIB.

3. Alterações dos Cursos da Escola de Formação em Saúde – EFOS.

Andiara Sopelsa, Gerente da Escola de Formação em Saúde – EFOS, relata sobre a proposta de mudança dos cursos oferecidos pela EFOS. Esclarece que as mudanças sugeridas foram aprovadas pelas CIRs e Conselhos Municipais das regiões interessadas e do público alvo.

Encaminhamentos: Ficou acordado. Será levado para deliberação na CIB.

4. Remanejamentos dos recursos dos Blocos Financeiros (SAS/MS) - PT 1.073/2015

Walter Manfroi, Superintendente Financeiro, informa que o Ministério da Saúde autorizou o remanejamento do saldo (superávit) entre os blocos financeiros, disponível até dezembro de 2014. Cita que há recurso parado no Fundo Estadual bem como nos Fundos Municipais. O saldo remanescente até dez/2014 poderá ser remanejado para cobrir déficits. Que a proposta é pagar 03 meses de cofinanciamento, 03 meses de farmácia, PROCIS, CEOs e um saldo da

vigilância que será utilizado para o combate à dengue. Walter apresenta a proposta de uma Minuta de Portaria/SES para legalizar esse remanejamento. No Art. 6º descreve que os municípios devem comprovar o superávit até dezembro de 2014 para permitir que sejam utilizados. Esse saldo existente deve ser aprovado no Conselho Municipal de Saúde e dado ciência ao Fundo Estadual de Saúde. Os Municípios que não possuem relatório de superávit, deverão passar projeto na Câmara de Vereadores. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, menciona estranhar que, com TANTO recurso parado em serviços essenciais que não foram utilizados, como por exemplo, na política de saúde mental em que há recuso excedente. A sobra do recurso da Portaria 3028 (MAC) era de 32.000.000,00 (trinta e dois milhões) e está como sobra, questiona Maria Regina. Cita que deveriam também estar contemplados nesse saldo, **o Projeto 0,30, Rede Cegonha e Sistema Prisional. Solicita que sejam incluídos.** No Art. 4º, que contempla os hospitais próprios, sugere incluir os hospitais filantrópicos. Com relação ao cofinanciamento, Márcia Cansian, Secretária Municipal de Saúde de Botuverá, sugere rever o que é contrapartida do Estado, que deveria ser pago pelo Estado. Karin Geller sugere incluir no Art. 4º, o encontro de contas semestrais. Isso manteria a situação dos saldos e déficits atualizados. Fábio Gaudenzi Faria, Superintendente de Vigilância em Saúde, cita que colocaram o saldo, mas não discutiram o motivo da sobra. Acredita que seja pelas dificuldades de utilização e execução dos recursos pelos municípios. Márcia Cansian, Secretária Municipal de Saúde de Botuverá, coloca que, se a Vigilância tivesse trazido para a CIB, a sobra de recursos, os municípios poderiam ter pactuados para serem utilizados no combate à dengue. Maria Regina chama atenção de como colocar o saldo até 31 de dezembro de 2014. Sugere que se coloque na Portaria o excedente até dezembro de 2014 e o utilizado até julho de 2015. Ressalta que a sugestão é para preservar a SES e a CIB que irá aprovar a Deliberação do remanejamento. Márcia Cansian lembra que esses recursos não serão computados nos 12% da obrigação do Estado. Walter Manfroi esclarece que os 12% independem desses repasses.

Encaminhamentos: Incluir no artigo 4º o encontro de contas; identificar o excedente em dezembro de 2014 e o utilizado até julho de 2015. Inserir o recurso da Vigilância no Art. 5º. Ver se há possibilidades de inclusão da Rede Cegonha, Sistema Prisional e Projeto 0,30 E EXTRAPOLAMENTOS TETOS DOS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS dentro desses pagamentos. Levar para a CIB para a provação.

5. Transferência de Gestão dos Serviços contratados com a SES

Grace Ella Berenhauser, Gerente de Contratualização, informa que os municípios possuem o prazo até 31 de dezembro para assumirem a gestão dos serviços localizados em seu território. A SES não ficará com contratos. Karin Geller lembra que a maioria dos municípios já assumiram a média complexidade. Sugerido incluir nesta Deliberação, um artigo, autorizando a transferência de unidades públicas para os municípios em 30 dias a partir desta Deliberação.

Encaminhamentos: Levar para a CIB para a aprovação.

6. Oncologia: finalização da proposta e início das discussões da parte ambulatorial

Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação, informa que o prazo para a conclusão dos planos da oncologia foi prorrogado por mais um ano. Lembra que faltam as discussões dos atendimentos ambulatoriais da oncologia. A proposta é iniciar fazendo um levantamento da produção dos municípios, como por exemplo, as biópsias mais complexas. Estas deveriam ou seriam responsabilidade dos serviços de oncologia.

ENCAMINHAMENTOS: PRÓXIMA REUNIÃO CTG APRESENTAÇÃO PROPOSTAS CIR DAS CIRURGIAS ELETIVAS E DISCUSSÃO ONCOLOGIA AMBULATORIAL.

7. Próteses e Órteses descentralizadas para a Região da Grande Florianópolis

A PROPOSTA APRESENTADA PELA EDENICE SILVEIRA DE FLORIANÓPOLIS, APROVADA NA CIR DA GRANDE FLORIANÓPOLIS NÃO FOI ACEITA PELOS MEMBROS COSEMS, POIS EXISTE UM PLANO ESTADUAL DA REDE DA DEFICIENCIA APROVADO EM CIB E QUE NÃO PODE SER DIFERENTE DOS DEMAIS MUNICIPIOS DE SC. EDENICE FICOU DE COMUNICAR A CIR. (NÃO CONCORDO COM ESCRITO ACIMA).

8. Projeto 0,30

Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, lembra que a Deliberação 534 de 05 de dezembro de 2013, que pactuou o Projeto 0,30, está vigente e, portanto, o estado está devendo. Rever esta Deliberação.

ENCAMINHAMENTOS: COSEMS AGUARDA PARECER DA SES.

9. Campanha de vacinação contra poliomielite e multivacinação para atualização do calendário vacinal. Participação dos municípios no dia "D".

Eduardo Macário, Diretor de Vigilância Epidemiológica, informa que todos os municípios devem participar, que a campanha vai até 31 de agosto de 2015 e que o recurso já foi repassado nos incentivos de vigilância.

10. Orientações sobre a Portaria GM 1.025 de 21 de julho de 2015, que define o quantitativo máximo de agentes de combate às endemias (ACE) passível de contratação com auxílio da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União.

Eduardo Macário, Diretor de Vigilância Epidemiológica, cita a **Portaria GM 1.025 de 21 de julho de 2015** que define o número de agentes por município para o combate à dengue. Informa que colocará uma proposta para a CIB, de ampliação de agentes para Santa Catarina/SC, em função do quadro existente. Eduardo Macário apresenta o quantitativo apresentado pelo MS para SC, mas propõe o quantitativo necessário para SC.

Encaminhamentos: Levar para a CIB a proposta de ampliação do número de agentes.

11. NOTA TÉCNICA: Plano de Combate à Dengue

Eduardo Macário, Diretor de Vigilância Epidemiológica, apresenta os critérios, orientações e valores de repasse financeiro estadual para qualificação das ações do Programa de Combate à Dengue. O recurso está no Art. 5º da Minuta da Portaria de Remanejamento de Recursos dos blocos Financeiros: recursos excedentes.

Como último item, foi priorizado novamente as habilitações em tramitação no Ministério da Saúde e que constam da Deliberação 113/CIB/2015. O Ministério da Saúde solicitou que fossem colocados os itens em ordem crescente, sem repetição de números. Foi retificada a Deliberação 113/2015 com números de 1 a 15, sendo que o número 1 é o de maior prioridade.

LOURDES DE COSTA REMOR
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite